

***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES  
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL***

***2006/2007***



**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS.

***O FACTOR POPULAÇÃO NO PLANEAMENTO E CONDUÇÃO  
DAS OPERAÇÕES MILITARES CONVENCIONAIS***

**ANTÓNIO ROCHA DE FREITAS  
CMG**



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**O FACTOR POPULAÇÃO NO PLANEAMENTO  
E CONDUÇÃO DAS OPERAÇÕES MILITARES  
CONVENCIONAIS**

**CMG António Henrique Maló Rocha de Freitas**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Lisboa, 2007



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**O FACTOR POPULAÇÃO NO PLANEAMENTO  
E CONDUÇÃO DAS OPERAÇÕES MILITARES  
CONVENCIONAIS**

**CMG António Henrique Maló Rocha de Freitas**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Orientador: CMG Augusto Mourão Ezequiel

Lisboa, 2007

## Índice

Resumo.....	vi
<i>Abstract</i> .....	vii
Palavras chave.....	ix
Lista de abreviaturas.....	x
1. Introdução.....	1
a. Questão central e questões derivadas.....	3
b. Metodologia.....	3
2. Características das operações urbanas. O teatro de operações.....	3
a. Generalidades.....	3
b. Espaço físico.....	4
c. População.....	5
d. Infra-estruturas.....	7
3. Natureza e conceito das operações urbanas.	
Apontamento sobre o planeamento e condução das operações urbanas.....	7
4. Preparação das forças militares.....	10
5. As regras de empenhamento.....	11
a. O MC 362/1, NATO RULES OF ENGAGEMENT.....	11
b. As ROE e o SOFA (Status of Forces Agreement).....	11
c. Orientação política.....	12
d. A legítima defesa.....	13
e. Os diferentes graus de uso da força.....	13
f. A questão ética do emprego da força. O dilema moral em situações de conflito.....	14
6. Operações de informação. Operações psicológicas e informação pública.....	15
a. As operações psicológicas (PSYOPS) .....	16
b. Influência política e iniciativas diplomáticas.....	18

c. A informação pública.....	18
d. Operações de informação na segunda guerra do Iraque.....	19
(1) Operações psicológicas.....	21
(2) Conclusões preliminares.....	24
(3) A difícil diplomacia pública.....	24
(4) Lacuna de operações psicológicas.....	25
(5) A importância das operações psicológicas na fase pós-conflito...	25
7. A cooperação civil-militar.....	27
a. A cooperação civil-militar na área urbana.....	28
b. Uma perspectiva sobre a cooperação civil-militar.....	29
c. Crises humanitárias.....	30
d. Organizações humanitárias.....	31
e. Valores e padrões das organizações humanitárias.....	32
f. A cooperação civil-militar sob os auspícios da ONU.....	34
8. O desenvolvimento económico-social e a estabilização gerados pelas forças militares.....	36
9. Conclusões.....	37
 Bibliografia.....	 39
Corpo de conceitos.....	40

## Resumo

Este trabalho de investigação individual tem como tema “o factor população no planeamento e condução das operações militares convencionais”.

Atendendo à vastidão de matérias que o tema abarca e às opiniões recebidas do orientador e de outros oficiais, alguns do Departamento de Operações do IESM, entendeu o autor delimitar a abordagem do tema às **operações militares urbanas**, onde é muito significativa a presença de **população civil**, e às **operações de informação**, nomeadamente **operações psicológicas, informação pública e cooperação civil militar**.

A rápida urbanização está a concentrar a população no litoral e, em especial, em centros urbanos onde a aglomeração de pessoas é cada vez maior. Esta situação leva a admitir a forte possibilidade de, no futuro (mesmo a curto prazo), grande parte das operações militares vir a ocorrer em zonas urbanas.

Neste trabalho faz-se uma abordagem ao teatro das operações (TO) urbanas, às suas diferentes vertentes e aos aspectos mais directamente ligados à população civil não combatente. Caracteriza-se um conflito em que as operações são extremamente exigentes e podem provocar importantes baixas e perda de equipamento, requerendo um forte empenhamento de capacidades e o controlo do TO.

Refere-se os principais problemas que se deparam ao soldado ou ao fuzileiro e aos seus comandantes, aludindo à sua preparação para os enfrentar.

As regras de empenhamento (ROE), sendo directivas para as forças militares que regulam o uso da força, e tendo como finalidade o cumprimento da missão, são alvo de análise, também sob uma perspectiva ética, e do estabelecimento de uma relação com o SOFA (Status of Forces Agreement), quando aplicável.

Tendo em linha de conta o tema do trabalho, aprofundaram-se assuntos mais directamente ligados ao factor população no desenvolvimento do conflito urbano, tais como as operações de informação nas suas vertentes de operações psicológicas e da cooperação civil militar.

## Abstract

**Rapid urbanization** is changing the physical and political face of nations. Demographic studies indicate a vast increase in the number and size of urban areas throughout the world. This **population concentration** has ensured that many future military operations will be taking place in urban areas.

The key to success in **urban operations** may lie in the ability to control the information environment and influence the thoughts and opinions of adversaries and non-combatants through **information operations**, in particular, **psychological operations**. **Civil-military operations** may be crucial to accomplishing operational objectives in urban warfare.

It is common for an enemy, particularly one engaged in asymmetric warfare, to utilise the complex urban environment to generate combat power, especially when dealing with an opposing force which possesses more sophisticated technological weapon systems.

In the military sense, urban centres are centres of gravity because they are psychologically symbolic, and economically and culturally powerful. They represent the hub of politics, culture, services, manufacturing and transport. As centres of gravity they are doctrinally significant military objectives in any conflict.

In conflicts last century, and in the few years of this century, the Armed Forces conducted many of its operations in urban environments. Present political guidance, requires the Armed Forces to further develop its capacity to operate in urban terrain, increasingly in Joint and Combined environments. This requires Armed Forces to develop a modern system of doctrine, training, structures and equipment for urban operations.

Historically, urban combat has been expensive in deaths of soldiers and non-combatants, destruction of infrastructure, consumption of military logistics resources, and often also in political terms in the domestic and international arena. Any revised or new urban combat system must endeavour to maximise combat effectiveness while conserving not only the combat force, but also non-combatants and urban infrastructure. Central in any combat system is the soldier - the human operator within that system.

The paper describes the urban operations environment from the commanders and soldiers perspective, and it then considers the development of a system for conducting

urban operations. It also characterises the urban environment as comprising three subsystems, physical, functional and social. The physical system is the angular, man-made and natural environment represented in three dimensions, and which generates killing grounds not always familiar to soldiers trained in traditional open manoeuvre fields. The functional subsystem is the complex network of transport, communications and utility infrastructure, and the social subsystem is the human dimension to the urban landscape.

Rules of engagement delineate the circumstances and limitations under which military forces will initiate and/or continue combat engagement with other forces.

Factors are dealing with non-combatants, psychological operations and civil-military liaison, coping with the physical environment, the cultural environment, human issues with equipment, the importance of rules of engagement/status of forces agreement, the potential for including non-lethal weapons in an urban combat system, and the criticality of medical support.

In urban operations the nature of the environment is different from that traditionally preferred for manoeuvre warfare. Maintenance of the human will-to-fight depends most on training in basic soldier skills, and skills to use the equipment available, and on leadership, self-discipline and teamwork, all practiced within an urban operating environment. The acquisition of new technology and equipment is important, but secondary.



## **Palavras-Chave**

População, planeamento, condução, operações, informação, psicológicas, civis, centros urbanos, militares, não-combatentes

## **Lista de acrónimos**

IGM	Primeira Guerra Mundial
AA	Audiências Alvo
C2	Comando e Controlo
C2I	Comando, Controlo e Informações
CIA	Central Intelligence Agency
CIMIC	Civil Military Cooperation
DPRE	Displaced persons, refugees and evacuees
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FM	Frequência Modelada
IDP	Internal Displaced Person
INFO OPS	Operações de Informação
KO	Knock Out
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NGO	Non Governmental Organizations
OG	Organizações Governamentais
OI	Organizações Internacionais
ONG	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PI	Informação Pública
PSYOPS	Operações Psicológicas
PVO	Private Volunteer Organization
ROE	Rules of Engagement (Regras de Empenhamento)
RU	Reino Unido
SIC	Sistemas de Informação e Comunicação
SOFA	Status of Forces Agreement
TO	Teatro de Operações
UNHCHR	United Nations High Commissioner for Human Rights
USD	United States Dollar

---

## 1. Introdução

O aumento da população que se verifica na maioria dos países do mundo, seja pelo incremento dos índices de natalidade (para uns), seja pela imigração (para outros), tem-se manifestado, essencialmente, na sua concentração em centros urbanos e no litoral, provocando um rápido desenvolvimento que modifica o ambiente físico, social e político das nações.

Por estas razões, é cada vez mais provável o desenvolvimento de operações militares convencionais em áreas urbanas, gerando uma série de problemas específicos que envolverão as populações civis e os recursos locais.

Realça-se a complexidade deste tipo de operações militares quando nos recordamos que as duas superpotencias mundiais da Guerra Fria sofreram desaires em zonas urbanas, às mãos de autênticos bandos bem armados, mas mal organizados (casos de Grozny e Mogadíscio).

*“O factor população no planeamento e condução das operações militares convencionais”* é o enunciado do tema deste trabalho de investigação individual.

Os centros urbanos constituem ambientes complexos e dinâmicos. Todavia, podem identificar-se três características específicas deste ambiente – uma configuração física com forte influência do homem, uma população em número e densidade significativos e um conjunto de infra-estruturas que garante o apoio a essa população e, em muitas circunstâncias, à região e mesmo ao país.

O factor população afecta diversos níveis das operações militares. As áreas urbanas poderão constituir-se como centros de gravidade estratégicos e, provavelmente, incluirão também centros de gravidade de nível operacional e pontos decisivos, afectando assim todo o planeamento das operações militares, bem como a sua condução.

O teatro de operações inclui um ambiente específico, factores muito diversos e condições próprias que é imperativo serem bem conhecidos e compreendidos para que a missão seja plenamente atingida.

Outra vertente a considerar são as operações civis-militares – conjunto de actividades de apoio às operações militares, englobando:

- a interacção entre as forças militares, as autoridades civis e a população;

---

- o estabelecimento de sentimentos, atitudes e comportamentos favoráveis, em grupos nacionais, amigos, neutrais e hostis.

As operações civis-militares compreendem assim dois tipos de actividades, os assuntos civis e as operações de informação.

É objecto deste estudo a influência da presença da população civil no desenvolvimento de operações militares convencionais.

Tal como foi atrás referido, o autor delimitou este estudo às operações militares em áreas urbanas, definindo assim um teatro de operações circunscrito aos aglomerados com maior densidade populacional.

Procura-se caracterizar um conflito em que as operações são extremamente exigentes e podem provocar importantes baixas e perda de equipamento, requerendo um forte empenhamento de capacidades e o controlo do Teatro de Operações (TO).

O estudo tem como objectivos:

- Descrever a totalidade das vertentes das operações militares em áreas urbanas: as características do teatro de operações, a natureza daquelas operações e o conceito de operações que influenciará fortemente a capacidade de desempenho das missões e de atingir os objectivos traçados;

- Avaliar o impacto do controlo da informação, influenciando as opiniões e ideias dos adversários e de não-combatentes, através de operações de informação, nomeadamente, de operações psicológicas;

- Examinar a preparação das forças militares para enfrentar situações complexas e heterogéneas num cenário de guerra urbana;

- Analisar a problemática do emprego das regras de empenhamento (ROE's) em teatros urbanos;

- Examinar o conjunto de actividades das operações civis-militares, através de uma coligação entre forças militares e organizações civis;

- Avaliar a perspectiva do desenvolvimento económico e social que a presença de forças militares pode gerar;

---

### **a. Questão central e questões derivadas**

A questão central deste trabalho é formulada com a seguinte redação: *“qual o impacto do factor população no planeamento e condução das operações militares convencionais?”*.

Desta questão central surgem as seguintes questões derivadas:

- Quais são os fundamentos para o planeamento de operações militares em áreas urbanas? Em que cenários decorrem tais operações?
- Quais são as principais missões a atribuir às forças militares?
- Qual a formação e o treino dos militares empregues em operações em áreas urbanas?
- Que lições podem ser aprendidas, comparando situações tão díspares de emprego de ROE's como a das forças russas em Grozny e a das forças americanas em Brcko (Bósnia-Herzegovina)?
- Qual o papel reservado às organizações civis e à cooperação civil-militar em situações de conflito urbano? E dos “media”?
- Poderão as forças militares empenhadas em cenário de conflito urbano constituir-se como agentes de desenvolvimento económico e social? E em que medida?

### **b. Metodologia**

Nesta investigação, foi seguido o método científico, que incidiu na fase de exploração (pesquisa bibliográfica e entrevistas), na recolha de documentação e na análise de informação de diversos conflitos urbanos. Seguiu-se a fase da problemática, definindo uma abordagem a explorar. Depois procedeu-se à integração dos elementos recolhidos, à sua análise e à elaboração das conclusões.

## **2. Características das operações urbanas. O Teatro de Operações (TO)**

### **a. Generalidades**

As operações militares, sejam em situação de conflito ou de resposta a crises, têm sido nos últimos tempos, eminentemente conjuntas e, muitas vezes, também combinadas.

Desde os tempos mais remotos da Antiguidade até aos dias de hoje, os centros urbanos têm tido um importante papel estratégico nas campanhas militares, fruto da sua

---

localização geográfica, concentração de riqueza e poder ou apenas pelo seu valor simbólico.

Uma cidade tem também, seguramente, uma influência significativa não só na (restrita) região onde se insere, mas também no país e, muitas vezes, além fronteiras.

Se o sucesso de uma operação militar de ocupação significa dispor de um largo número de efectivos no teatro urbano e de um controlo da administração e governo de uma cidade, então podemos admitir como bem sucedidas, na maioria dos casos e numa perspectiva de longo prazo, as tentativas de conquista de centros urbanos ao longo da História.

Considere-se que os centros urbanos partilham três características comuns, que serão mesmo inseparáveis:

- Um **espaço** fisicamente alterado pelo homem, por vezes de modo drástico, com adaptação do terreno, a construção de edifícios e de outras estruturas;
- Uma **população**, em número e densidade significativos, que habita, trabalha, usa e ocupa esse terreno e estruturas;
- Um conjunto de **infra-estruturas funcionais**, das quais depende a actividade social da cidade, sendo providenciados **serviços** para os cidadãos, e actividades económicas, culturais e recreativas.

Estas três características interagem, fazendo de cada área urbana um complexo e dinâmico sistema com uma identidade física, política, social, económica e cultural muito própria.

## **b. Espaço físico**

O ambiente urbano é um dos mais complexos teatros de operações. Esta complexidade assenta num terreno “formatado” pelo homem no seu aspecto físico, na presença muito significativa de população não-combatente e nas infra-estruturas, com elementos que fazem de cada centro urbano um órgão dinâmico.

Identificam-se quatro características físicas do espaço de uma cidade, as quais podem também definir eixos de mobilidade das forças militares:

- (1) Espaço aéreo;
- (2) A superfície exterior: ruas, avenidas, parques, descampados;
- (3) Pontos elevados: telhados, terraços, estádios, torres;
- (4) Sub-superfície: rede de esgotos, rede de metropolitano, corredores.

---

Um centro urbano poderá ter também diversas áreas industriais, grandes zonas verdes, ou áreas abertas e zonas residenciais, quer próximas do centro, quer nos subúrbios.

Cada edifício pode ser uma posição fortificada que terá de ser conquistada, uma a uma, e que obrigará a garantir uma série de outras posições para atingir este objectivo.

A força que ocupa este espaço físico, principalmente se tiver condições para preparar uma defesa adequada, dispõe de uma oportunidade privilegiada para reduzir algumas das desvantagens que tenha perante a força atacante. Em particular, obriga o inimigo a organizar-se em pequenos grupos, e provoca combates a curta distância e mesmo corpo a corpo.

### **c. População**

A principal diferença entre o espaço urbano e outros espaços físicos, reside no grande número e elevada densidade de civis não-combatentes, a sua população.

Conhecer a população de uma área urbana requer saber qual o seu número, situação, densidade e composição, mas a cultura é, provavelmente, o mais poderoso instrumento de identidade de uma sociedade. A cultura interpreta o processo através do qual grupos bem definidos e a própria população se interligam com o meio social e físico que partilham. A cultura ajuda a revelar um grupo em relação a outros. Este conceito aplica-se a nações, raças, religiões, tribos, clãs, profissões, de facto a qualquer grupo. A cultura é um conjunto de comportamentos apreendidos que emanam de um conhecimento partilhado entre gerações. Os comportamentos que surgem como parte da cultura de um grupo, são aqueles que ajudaram esse grupo a sobreviver. Qualquer transformação cultural, quando exista, é sempre, obrigatoriamente, uma transformação lenta.

A concentração da população define as suas características demográficas, tais como densidade populacional, áreas suburbanas e o seu desenvolvimento, raças, etnias, níveis etários e de educação, assistência sanitária, actividade económica e movimento significativo diário de população dentro do centro urbano e à sua volta. Outros elementos sócio-culturais (religiões, actividade política, crime organizado, diferença de classes, etc.) caracterizarão de modo mais específico a sociedade urbana.

As operações militares urbanas têm uma audiência atenta através de todos os *media* mundiais, mas também através de um número significativo de não-combatentes que devem ser influenciados. Enquanto as operações psicológicas devem ser dirigidas quer a não-combatentes quer a forças inimigas, o processo de influenciar os não-combatentes

---

abrange a totalidade das operações militares urbanas e é provavelmente dominado pelo comportamento das tropas, quer em grupo, quer individualmente.

Durante a primeira guerra do Golfo, no Kosovo, no Afeganistão e, recentemente, em Moscovo, terroristas e autoridades demonstraram falta de preparação para tratar civis como reféns. As acções de tais grupos denegriram a acção dos terroristas e das autoridades, elementos religiosos, educativos, humanitários, médicos e as suas funções e elementos políticos pacíficos e a sua acção. Estas atitudes marcaram de forma primitiva e bárbara as acções levadas a cabo para libertar aqueles que mais sofreram durante estes períodos.

A presença de não-combatentes numa área de operações militares é sempre motivo de preocupação para os soldados, que naturalmente não querem atingir civis inocentes. Algumas forças inimigas pretenderão misturar-se com não – combatentes e usarão igrejas, escolas, hospitais e outros pontos importantes, como instalações a partir dos quais poderão lançar os seus ataques. Mesmo com a melhor das intenções, é previsível que o combate seja muito intenso, acarretando destruição significativa do espaço urbano e colocando os não-combatentes em risco elevado. Este risco é consideravelmente aumentado com a dificuldade em identificar positivamente o inimigo entre os não-combatentes, em muitos dos ambientes operacionais. Métodos para identificar/designar forças amigas deverão receber uma prioridade elevada.

É de esperar que os *media* e as organizações não governamentais, reportem qualquer acção amiga que cause feridos ou mortos entre os não-combatentes e destruição em infra-estruturas urbanas, o que pode causar uma pressão acentuada nos militares envolvidos nas operações urbanas.

Campanhas políticas (e de órgãos de comunicação social) bem organizadas, podem marcar acções anti-terroristas que causem danos colaterais e sofrimento humano, como armas políticas contra as forças militares. O inimigo tentará usar, e mesmo criar, situações como estas a fim de ganhar evidencia e publicidade para as suas causas, apesar da falta de verdade e de rigor. Na Bósnia, houve vários exemplos deste tipo de acções. As operações psicológicas inimigas envolvendo não-combatentes, podem ter uma significativa influência negativa, não só ao nível estratégico e operacional, mas também ao nível tático, afectando directamente os soldados e os seus comandantes. Métodos para contrariar estas acções do inimigo, devem ser considerados com elevada prioridade.

Antes, durante e depois da operação militar urbana poderá haver um numero significativo de deslocados. Enquanto a ajuda das missões das NGO e ONU poderá chegar



---

em número suficiente a estes deslocados, será necessário providenciar auxílio para repor as infra-estruturas e providenciar alimentação e ajuda sanitária.

Outro aspecto relevante, quando se lida com a presença simultânea de combatentes inimigos e não-combatentes, refere-se ao comportamento dos dois grupos, nomeadamente no aspecto cultural. Este aspecto pode ser particularmente relevante quando os diferentes grupos manifestam atitudes distintas relativamente à morte, às crianças e às mulheres.

Esta faceta foi particularmente notada pelas forças da coligação que ficaram impressionados com as atitudes dos iraquianos relativamente as mulheres. Outros exemplos referem a evacuação de homens, crianças do sexo masculino, animais e outros valores a serem retirados do TO, enquanto mulheres e crianças do sexo feminino eram deixadas em zonas perigosas, como aconteceu no Afeganistão.

Enquanto alguns militares poderão aceitar danos colaterais que incluam baixas em refugiados e não-combatentes, muitos outros considerarão estes aspectos particularmente negativos afectando o stress operacional.

É importante desenvolver pesquisa no sentido de ultrapassar a confusão ou mistura entre combatentes inimigos e não-combatentes, resolvendo simultaneamente o problema dos refugiados. Embora se aceite atitudes culturais muito diferentes das suas próprias, nomeadamente no que diz respeito no tratamento de mulheres e crianças pode ser extremamente difíceis para muitos soldados, os quais terão de aceitar e compreender que as diferenças existem e que serão confrontados com essas situações. O sentido realista poderá minimizar o impacto negativo que estas diferenças culturais provocam nos soldados.

#### **d. Infra-estruturas**

Os centros urbanos possuem infra-estruturas físicas variadas, como rede de transportes, edifícios estatais, hospitais, escolas, igrejas, casas comerciais, supermercados e sistemas de comunicações. Todas estas infra-estruturas podem ser básicas ou extremamente desenvolvidas, quiçá sofisticadas, definindo o estado de desenvolvimento de uma sociedade.

### **3. Natureza e Conceito das Operações Urbanas. Apontamento sobre o planeamento e condução das operações urbanas.**

De um modo geral, as campanhas militares representam uma unidade de esforço conjunto entre os diferentes Ramos. Adicionalmente, servem para coordenar as actividades

---

de todas as agências nacionais participantes, forças de coligação, organizações internacionais e ONG (Organizações Não Governamentais). O planeamento de operações inclui as intenções do comandante, a preparação da força e a sua disposição, tendo em vista atingir os objectivos estratégicos e operacionais que proporcionarão o sucesso da campanha.

As operações militares urbanas abarcam todos os níveis da guerra. As áreas urbanas poderão ser centros de gravidades estratégicos e provavelmente incluirão um determinado número de centros de gravidade operacionais e pontos decisivos. A natureza das áreas urbanas afectam a capacidade operacional da força militar.

O teatro de operações urbano contém elementos significativamente mais complexos do que outros cenários onde se desenrolam actividades operacionais. O conhecimento do teatro de operações apela a diferentes perspectivas de avaliação do espaço e do tempo.

A estrutura de planeamento e condução das operações militares urbanas pode ser descrita de acordo com as seguintes actividades:

- Compreensão;
- Forma;
- Empenho;
- Consolidação;
- Transição;

Estas actividades funcionam como um ciclo interdependente, contínuo e simultâneo e aplicam-se às operações militares urbanas através da totalidade das vertentes operacionais.

Em situação de conflito, as operações militares urbanas são extremamente problemáticas e onerosas em termos de pessoal e equipamento, requerendo empenhar a quase totalidade das capacidades militares. É também nas áreas urbanas que se desenrolam a maioria das operações de resposta a crises. Em muitas condições, estas operações, com objectivos distintos dos das operações militares em situação de conflito, podem ocorrer simultaneamente ou mesmo em situação de grande proximidade.

Na planeamento de acções militares urbanas, o comandante das forças deve considerar toda a amplitude das operações. As características do teatro de operações, a sua natureza e conceito, influenciarão fortemente a capacidade de condução das actividades operacionais e a consecução dos objectivos.

As operações urbanas pressionam as capacidades de comando, controlo, comunicações, computadores, informações, vigilância e reconhecimento das forças

---

militares, exigindo flexibilidade e espírito de inovação por parte do comandante e do seu estado-maior. Estas capacidades são inibidas pelas características específicas do ambiente urbano. É, assim, imprescindível compreender o teatro de operações bem como todo o cenário envolvente.

As restrições das áreas urbanas podem limitar a manobra táctica quer à superfície quer no interior das estruturas urbanas, contudo a manobra operacional deve ser multidimensional tendo como objectivos não só pontos decisivos geográficos, mas também acontecimentos relevantes e pontos decisivos sistémicos.

O apoio de artilharia deve ser usado para isolar toda a área urbana, devendo, se possível, ser utilizadas munições de precisão para atingir alvos específicos. As baixas causadas na população civil e outros danos colaterais, poderão afectar de modo negativo os objectivos operacionais. Assim, o fogo de artilharia exige planeamento e coordenação muito cuidadosos.

As operações urbanas exigem também um apoio logístico e médico maciços devido ao normal número elevado de feridos nas forças próprias e, também, fadiga do pessoal, estragos no equipamento e necessidade de apoiar a população civil da nação hospedeira e das organizações humanitárias.

As áreas urbanas colocam também problemas significativos à protecção da força. A natureza do teatro de operações urbanas obriga a uma descentralização das forças e diversificação dos objectivos, enquanto o inimigo, muitas vezes disfarçado de não-combatente, pretende atingir uma variedade de alvos: forças amigas, infra estruturas e mesmo população civil,

O comandante deve fazer uma avaliação de riscos, promulgar regras de empenhamento apropriadas e implementar medidas anti-terroristas adequadas, bem como, cumprir planos de decepção bem concebidos de modo a enfrentar com êxito estes problemas.

Devido à elevada concentração de potenciais alvos políticos e económicos, as áreas urbanas são locais atractivos para o uso de armas de destruição maciça por parte de grupos terroristas.

Deste modo, há necessidade de uma gestão apropriada de todos os meios disponíveis para efectuar buscas, vigilância e controlo da população civil.

Há também necessidade de prever a implementação de operações de informação, bem como, de redes de comunicações adequadas, embora haja necessidade de ter em conta

---

as dificuldades próprias do espaço urbano, nomeadamente em zonas mais confinadas e restritas.

Forças de operações especiais podem ser altamente valiosas neste teatro de operações devido à sua capacidade de executar missões com elevada precisão.

São também muito válidas para efectuar recolha de pessoal num ambiente urbano que é, normalmente, muito agressivo.

O sucesso das operações urbanas poderá residir na capacidade de controlar o ambiente de informação pública e influenciar as opiniões do adversário e da população civil não-combatente, através de operações de informação, em particular operações psicológicas.

As operações civis-militares podem ser cruciais para atingir os objectivos operacionais do combate urbano, bem como nas operações de resposta a crises. Tendo em conta que as áreas urbanas têm um potencial significativo para infringir baixas na população civil, bem como provocar a destruição física de infra-estruturas, as operações urbanas poderão envolver questões legais sensíveis e complexas, exigindo um forte apoio de assessores jurídicos militares.

#### **4. Preparação das Forças Militares**

A qualidade do desempenho do soldado ou fuzileiro utilizado em acções de combate próximo é muito elevada. “Ninguém questiona o valor do treino rigoroso e também não há quem mais aprecie a preparação exigente e dura do que o próprio combatente. Sabem que o treino adequado é melhor que proventos financeiros e outros benefícios porque compreendem que a preparação rigorosa é o melhor seguro de vida que podem ter.”<sup>1</sup>

Apesar de tudo, o desempenho em combate no passado não proporciona garantias para o futuro. A inesquecível natureza do campo de batalha urbano de hoje exige um novo conjunto de capacidades para o combate próximo e mesmo corpo a corpo.

O combate urbano é quase isolado, onde as pequenas unidades são obrigadas a realizar acções de elevado nível de complexidade, sem auxílio externo. O combatente urbano tem de ser proficiente nas múltiplas tarefas que são inerentes às operações militares neste ambiente muito específico, das quais se destacam a assistência humanitária e o apoio

---

<sup>1</sup> MGEN Robert H. Scales, USArmy, Ret. “Urban Warfare: A Soldier’s View”, Military Review, Jan-Feb 2005.

---

social às populações civis afectadas pelos combates.

Muitas vezes, os soldados/fuzileiros poderão ver-se obrigados a desempenhar quase simultaneamente os dois papéis: o de combatente e o de assistente humanitário, ou também de socorrista e prestador de primeiros socorros.

## **5. As Regras de Empenhamento (ROE)**

As Regras de Empenhamento (ROE) são directivas para as forças militares (incluindo os militares, também numa perspectiva individual) que definem as circunstâncias, condições, grau e forma em que a força pode ou não ser aplicada.

São, igualmente, o meio através do qual se transmite aos comandantes, a todos os níveis, direcção política e orientações que governam a aplicação da força. As ROE, definindo o grau e a forma em que a força pode ser aplicada, asseguram que essa aplicação é controlada. Contudo, o propósito das ROE não é a atribuição de tarefas nem a transmissão de instruções tácticas.

### **a. O MC 362/1, NATO RULES OF ENGAGEMENT**

A publicação MC 362/1, NATO RULES OF ENGAGEMENT, de Julho de 2003, define as Regras de Empenhamento (ROE) aplicáveis às forças militares da NATO, ou lideradas pela NATO.

A finalidade militar das ROE é o cumprimento da missão. As ROE não devem interferir com os objectivos políticos ou operacionais da missão; procuram transmitir ao militar segurança sobre o que lhe é exigido perante as situações que se lhe podem deparar. Os soldados devem ter a certeza de que se podem proteger em situações de risco e que as ROE não deverão condicionar a sua apreciação da situação.

### **b. As ROE e o SOFA (*Status of Forces Agreement*)**

Quando em missão num país terceiro, os militares deverão ter sempre presente a integração das ROE com a ordem jurídica interna nesse país. O SOFA (*Status of Forces Agreement*) - pacto que define o enquadramento da actuação entre as forças de um estado, ou de uma coligação de estados, com um estado hospedeiro - é o acordo que estabelece essa relação.

As ROE e o SOFA tornam-se particularmente vulneráveis em situações em que uma determinada operação se prolonga e ocorre uma alteração da missão que não é

---

imediatamente reflectida na modificação adequada das ROE e do SOFA.

A aplicação das ROE é uma especial preocupação em ambiente de conflito urbano onde pode ser extremamente complicado distinguir não-combatentes e forças opositoras. Estas, deliberadamente, tentarão confundir ou induzir em erro os militares, procurando atingir os seus próprios objectivos.

Assim, as ROE deverão transmitir orientações claras para enfrentar multidões hostis e forças opositoras dissimuladas entre não-combatentes. Orientação para enfrentar situações de saques, pilhagens e outros crimes contra a propriedade civil ou do estado, é muitas vezes requerida em conflito urbano.

As ROE são uma preocupação particular em operações militares conduzidas por uma coligação, onde é necessário salvaguardar um acordo inequívoco nos objectivos comuns e desenvolver um elevado grau de confiança nos militares, em relação ao apoio que os parceiros da coligação assumidamente lhes garantirão.

Contudo, é necessário ter presente que este cenário de confiança de procedimentos é extremamente difícil de atingir, face a interesses (políticos) nacionais específicos e à habitual existência de duas cadeias de comando paralelas, a nacional e a da coligação.

### **c. Orientação política**

Deste modo, procurando interpretar correctamente a orientação política, as ROE autorizadas devem:

- reflectir o grau de força autorizado ou as restrições ao seu uso;
- ser sucintas e sem ambiguidades, de modo a não deixar quaisquer dúvidas ao comandante e aos seus subordinados em relação aos limites ou restrições ao grau de força que podem empregar;
- traduzir a política a seguir, incluindo uma narrativa sucinta referente à sua orientação, a fim de permitir uma resposta adequada.

Além da problemática das ROE, o SOFA também tem um papel muito significativo no desenvolvimento das operações militares, nomeadamente, comparando, por exemplo, operações de manutenção ou de imposição de paz, onde o direito e a jurisdição da nação hospedeira não serão substituídos pelo estatuto da coligação.

Aqui, é absolutamente imprescindível que o militar tenha sempre presente os direitos e responsabilidades que o SOFA lhe atribui.

### **d. A legítima defesa**

---

Independentemente das ROE em vigor, o comandante de uma força, assim como qualquer militar, tem o direito natural de legítima defesa para repelir um ataque em execução, ou iminente, contra a sua força, contra si ou contra terceiros.

A este conceito associa-se um outro, alargado, que reconhece o direito de uma força militar tomar as medidas apropriadas, incluindo o uso da força necessária e proporcional para defender outras forças NATO, ou lideradas pela NATO, ou pessoas, de um ataque em curso ou iminente.

São, assim, requisitos de legítima defesa:

- a necessidade, quando o uso da força é indispensável para garantir a própria defesa;
- a proporcionalidade, quando a resposta adequada à percepção do nível de ameaça é limitada em grau, intensidade e duração, causando prejuízo não manifestamente superior ao que pode resultar da agressão;
- o ataque actual, em execução ou iminente, necessita de defesa manifesta, instantânea e avassaladora.

#### **e. Os diferentes graus de uso da força**

Neste contexto, delimitado aos níveis tático e operacional (talvez), mas não ao nível estratégico, define-se o emprego dos diferentes tipos de força, consoante as consequências que esse emprego vai provocar no(s) seu(s) alvo(s):

- Força letal: força que tem como intenção ou probabilidade causar a morte ou ferimentos graves de que possam resultar a morte;
- Força não letal: força que não tem intenção de causar danos físicos e a morte e cujo emprego se faz com reduzidas probabilidades desse dano vir a acontecer;
- Força mínima (não letal): força limitada ao grau, intensidade e duração, necessários para atingir apenas os resultados desejados sobre o objectivo.

Armamento e equipamento não letal são muito utilizados em operações psicológicas e de informação, bem como na guerra electrónica

---

### **f. A questão ética do emprego da força. O dilema moral em situações de conflito<sup>2</sup>**

A questão da dimensão ética ou moral nas decisões em situação de conflito estará ligada, do ponto de vista ocidental, ao eventual confronto entre vários factores presentes na acção de um comandante militar quando em operações:

- As ROE e o Direito da Guerra, com as suas regras atinentes ao Dever de respeitar a vida dos civis inocentes e os direitos dos prisioneiros de guerra;
- Os Instintos de violência e vingança, inerentes à condição humana em determinadas circunstâncias, que podem estar, ou vir a estar, presentes nos seus subordinados;
- A Responsabilidade pela vida dos seus homens, que implica não os sacrificar em vão;
- A Missão a cumprir;

“Envolvendo” e condicionando todos estes factores encontra-se o Sistema de Valores Morais (Codificado ou não) que enforma o seu país e as suas FA.

Esquemáticamente, teremos:



A relação entre estes factores, tantas vezes contraditórios entre si, tem acompanhado a vida e o desempenho de comandantes de tropa ao longo de toda a História, especialmente após a IGM.

Hoje em dia, os valores Morais vigentes no mundo ocidental “obrigam” a poupar

---

<sup>2</sup> Parágrafo extraído de “Ética Militar e Responsabilidade Social”, TIG AEA “COMANDO E LIDERANÇA”, CPOG 2006/07. COR PILAV S. Fernandes, COR ART R. Duarte, COR CAV J. Calçada, CMG M. Ferreira (Coordenador).



---

ao máximo a vida dos subordinados (até ao paradoxo das “baixas zero”), a respeitar “a outrance” as populações civis e os PG, a impedir os excessos dos próprios soldados face à revolta interior que invade as almas de quem testemunha certas situações. *“Os soldados, escreveu o General MacArthur aquando do julgamento de Yamashita, têm a seu cargo a protecção dos fracos e dos desarmados. É essa a sua própria essência e razão de ser.... (uma) missão sagrada”*<sup>3</sup>.

Tudo isto sem deixar de cumprir a Missão recebida e de respeitar os valores Morais. O “conflito interior” dos responsáveis estende-se tantas vezes aos próprios valores Morais e a qual ou quais se deve dar preferência, numa dada situação.

Será com o objectivo de diminuir os erros de apreciação que se entende o cuidado com que hoje em dia, ao nível ocidental, se redigem “Regras de Empenhamento” (ROE) precisas e muitas vezes restritivas. Tal como será o caso do desenvolvimento das armas de precisão que terão, a par da finalidade de aumentar os seus efeitos, o objectivo de reduzir o número de danos colaterais, que se repercutem quase sempre sobre a população civil.

## **6. Operações de Informação. Operações psicológicas e informação pública.**

Face ao cenário específico de desenvolvimento das operações militares urbanas, existem capacidades que podem e devem ser mobilizadas em apoio dos outros instrumentos clássicos do poder. Simultaneamente, outros instrumentos não-militares (políticos, diplomáticos, etc.) podem constituir-se como apoios à acção militar.

Esta nova concepção, associada à importância actual das tecnologias da comunicação, da informação e da Internet, levou as organizações militares a adoptar o conceito de Operações de Informação, como uma componente imprescindível das operações militares, actualmente, com um papel cada vez mais preponderante no moderno campo de batalha.

As Operações de Informação (INFO OPS) definem-se como acções coordenadas, que visam influenciar decisores e o processo de decisão do inimigo/adversário ou terceiros, em apoio dos objectivos políticos e militares, afectando os seus sistemas de Comando, Controlo (C2) e Informações (C2I) e os seus Sistemas de Informação e Comunicação (SIC). Simultaneamente, exploram e protegem os sistemas C2I e SIC próprios. Decorre da

---

<sup>3</sup> Citado em WALZER, Michael (2004). *A Guerra em Debate*. 1ª ed., Lisboa: Cotovia, pág 50.

---

definição e da natureza das acções desenvolvidas, duas categorias principais de INFO OPS: ofensivas e defensivas.

As INFO OPS aplicam-se a um vasto espectro de operações militares. Dado que os Centros de Gravidade<sup>4</sup> variam com a natureza da operação, o mesmo acontece, inevitavelmente com os objectivos das INFO OPS.

#### **a. As operações psicológicas (PSYOPS)**

As operações psicológicas (PSYOPS) são actividades psicológicas planeadas que utilizam meios de comunicação e outros meios, dirigidas a audiências aprovadas<sup>5</sup>, de forma a influenciar as suas percepções, atitudes e comportamentos, contribuindo assim para a realização de objectivos políticos e militares.

A realização de operações psicológicas é parte de as actividades de comando e controlo e devem ser uma componente significativa das operações militares urbanas. PSYOPS têm o potencial de provocar estragos no sistema de comando e controlo do inimigo (ou nas forças amigas quando usadas pelo inimigo) através do impacto na moral, instalando o receio e o medo e provocando desconfiança.

Estímulos externos que tenham impacto directo no bem-estar físico e psicológico do indivíduo são particularmente significativos nas PSYOPS. O seu impacto produz muitas vezes alterações emocionais e comportamentais temporárias, de maior ou menor duração, que se sobrepõem aos comportamentos e atitudes típicos do indivíduo.

A resistência às PSYOPS do inimigo é atingida mais facilmente quando os militares estão bem treinados e orientados, com um comando de grande capacidade de liderança e que estão absolutamente convencidos que estão a travar uma guerra justa.

As tácticas de PSYOPS são particularmente importantes quando se desenrola uma operação contra uma força inimiga e simultaneamente também é usada com não-combatentes. Planos diferenciados são normalmente requeridos para cada categoria alvo. Um indicador relevante sobre a natureza das PSYOPS é o grau de apoio para os

---

<sup>4</sup> O Centro de Gravidade existe aos níveis estratégico, operacional e tático e é definido como o conjunto de características, capacidades ou locais de onde deriva a liberdade de acção, a força física ou a vontade de combater de uma força militar, de uma aliança ou de uma nação.

<sup>5</sup> Designadas Audiências Alvo (AA) e que são um indivíduo ou grupo seleccionado, para ser influenciado ou atacado através de meios de PSYOPS, ou seja, serão grupos ou indivíduos que apresentam características e vulnerabilidades similares e que possuem a capacidade de atingir um determinado comportamento ou mudança de atitude.

---

combatentes inimigos por parte da população não-combatente. Os residentes de uma área urbana são normalmente um recurso importante. Um primeiro objectivo das PSYOPS das relações civis-militares deverá ser separar os combatentes inimigos da base que lhes proporciona apoio.

Devido ao provável número significativo de não-combatentes é particularmente importante considerar os benefícios de uma ligação entre as PSYOPS e os assuntos civis-militares no sentido de minimizar baixas nos não-combatentes e maximizar o seu apoio às nossas próprias forças. Todos os militares devem estar a par de todas as vertentes das operações de manutenção de paz de modo a terem um relacionamento adequado com a população civil.

As PSYOPS resultam da ideia de que, numa operação militar, para além do emprego das capacidades militares tradicionais, é também necessário compreender as motivações das várias audiências alvo (AA) em presença: dirigentes, forças militares, facções, populações, etc., para depois moldar as suas percepções, afectar a sua vontade e persuadi-las a aceitar o resultado desejado.

Para serem eficientes, as PSYOPS necessitam de meios apreciáveis, designadamente no domínio dos recursos humanos, como tradutores, especialistas nos diversos meios de comunicação social, equipas tácticas de PSYOPS (para operações de divulgação e comunicação face a face), e outros. Adicionalmente, carecem também de recursos para produção de jornais e revistas, panfletos, *posters*, folhetos, meios de transmissão Rádio e TV e outros meios visuais, áudio e audiovisuais (internet, fax, pagers e telemóveis).

No entanto, a sua aplicação no desenrolar de uma operação militar, particularmente as de maior duração temporal, é particularmente importante porque permite:

- enfraquecer a vontade do inimigo/adversário ou de qualquer outra potencial AA adversa;
- reforçar a dedicação das AA amigas/simpatizantes, estimulando a sua cooperação;
- ganhar o apoio e a cooperação de audiências não alinhadas ou indecisas.

Por outro lado, ao contrário da Informação Pública (Public Information -PI), em que a comunicação é factual e mediada pelos meios de comunicação social, as PSYOPS controlam directamente os conteúdos veiculados (temas ou linhas de persuasão), bem como a sua disseminação nas AA aprovadas. Este facto faz das PSYOPS uma capacidade

---

especialmente importante no âmbito das INFO OPS, em especial nas operações militares urbanas.

### **b. Influência política e iniciativas diplomáticas**

Algumas iniciativas políticas podem ser conduzidas em estreita coordenação com o planeamento e condução das operações militares urbanas. Neste caso, enquanto que ao comandante militar se pede que os objectivos militares estejam em consonância com os objectivos políticos, este também deve aconselhar o nível político, para que seja atingido um efeito sinérgico na acção entre estes dois níveis e uma melhor exploração das oportunidades.

De igual modo, as actividades diplomáticas podem ser incluídas em certas operações militares, nomeadamente as urbanas. Também aqui, o comandante militar deve ser um conselheiro do diplomata.

### **c. A Informação Pública (PI)**

A Informação Pública (PI) é a informação que é fornecida ou publicada através dos meios de comunicação social, com o objectivo primário de manter o público não-combatente informado, procurando conquistar a sua compreensão e apoio.

Ao nível tático, a PI cobre as actividades e os sucessos de uma força militar, ao mesmo tempo que procura reduzir as notícias sobre o opositor apenas a meras declarações factuais sobre as suas actividades. Os comentários ou julgamentos de natureza mais política sobre o adversário, se necessário, são deixados para o nível político/estratégico. Porque, de facto, os meios de comunicação social são também uma fonte de informação para os decisores, a PI, embora não fazendo parte das INFO OPS, necessariamente deve ser coordenada por esta, e nomeadamente com as PSYOPS.

Esta ligação é indispensável, pois assegura consistência na direcção destas actividades e na mensagem a passar. Particularmente no que respeita aos meios de comunicação social locais/regionais e outros, presentes no teatro de operações, essa coordenação é imprescindível.

No entanto, apesar da PI também influenciar audiências, a separação entre estas duas actividades deve ser mantida, pois a PI deve ser vista como independente, factual e verdadeira, enquanto a única preocupação das PSYOPS consiste em ser credível.

---

#### **d. Operações de Informação na segunda guerra do Iraque**

Uma área que merece especial atenção, com implicações claras para a NATO, é a forma como a Coligação procurou influenciar as atitudes e raciocínio das opiniões públicas estrangeiras, e especialmente do povo do Iraque, na preparação, durante e depois da Operação *Iraqi Freedom*.

Tanto esta Operação como as próprias experiências da NATO nos Balcãs mostraram a importância da chamada “Gestão da Percepção”. Realçaram a necessidade de desenvolver meios para explorar este aspecto do poder, tomando ao mesmo tempo medidas de protecção contra o seu uso pelo inimigo e outras capacidades políticas e militares assimétricas.

Quando a NATO reorganiza a sua estrutura militar e assume missões fora da sua área tradicional, disponibiliza capacidades que se tornam cada vez mais importantes para as operações da Aliança. A gestão da percepção inclui todas as acções usadas para influenciar as atitudes e o raciocínio objectivo das opiniões públicas estrangeiras e consiste em Diplomacia Pública, Operações Psicológicas (PSYOPS), Informação Pública, Decepção e Acção Encoberta. De interesse especial no caso da Operação *Iraqi Freedom* são a diplomacia pública, na tentativa deliberada de convencer as opiniões públicas do conteúdo e justeza das políticas, intenções e acções, e as PSYOPS, ou seja, o uso de actividades, principalmente dos *media*, para influenciar e convencer opiniões públicas estrangeiras.

Desde os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, os Estados Unidos têm procurado renovar as suas capacidades de diplomacia pública. Estas foram deixadas atrofiar durante os anos 90 pois Washington não tinha sentido a mesma necessidade de explicar mundialmente a sua política e de cativar a boa vontade internacional, como tinha acontecido durante a Guerra Fria.

Actualmente, o Gabinete de Comunicação Mundial da Casa Branca assegura uma orientação a alto nível dos esforços destinados a criar uma percepção geral positiva da política e das actividades de defesa dos EUA. E o Grupo de Política do Conselho Nacional de Segurança dos EUA coordena as políticas e as mensagens elaboradas pela Casa Branca entre esta, o Gabinete de Diplomacia Pública do Departamento de Estado e o Pentágono. Conjuntamente, estes órgãos montaram a estrutura de gestão da percepção estratégica dos

---

EUA mais bem coordenada e melhor financiada desde os anos 80. Está centrada no mundo islâmico e é financiada com mais de 750 milhões de USD só para o Próximo Oriente.

Apesar deste enorme esforço, verificou-se pouco êxito da diplomacia pública dos EUA antes da Operação *Iraqi Freedom*. O discurso do Secretário de Estado dos EUA, Colin Powel, no Conselho de Segurança da ONU transmitido em directo para todo o mundo a 5 de Fevereiro, não conseguiu convencer os representantes de membros essenciais do Conselho de Segurança – França, Alemanha e Rússia – de que era necessário iniciar imediatamente uma acção militar contra o Iraque.

Pelo contrário, o discurso subsequente do Ministro dos Negócios Estrangeiros francês Dominique de Villepin perante as Nações Unidas, lançando a dúvida sobre todos os aspectos da exposição do Secretário de Estado Colin Powel, foi saudado com veemente aplauso. Em consequência, o Reino Unido e os Estados Unidos pouco progrediram na obtenção de apoio entre os seus aliados tradicionais. Assim, uma segunda Resolução do Conselho de Segurança da ONU, autorizando uma acção militar contra o Iraque, nunca foi posta à votação pois era óbvio que não conseguiria obter o apoio necessário.

No mundo islâmico, as actividades de diplomacia pública dos EUA não têm conseguido resultados concretos. Poderá ser mesmo impossível conseguir resultados positivos imediatos ou a curto prazo. Uma diplomacia pública eficaz exige um esforço continuado e uma visão a longo prazo. Como Osama Sibliani, editor da *Arab American News*, salientou: “Os Estados Unidos poderiam ter o Profeta Maomé a fazer de relações públicas que isso não serviria de nada”.

Um instrumento muito promissor poderia ser a *Radi Sawa* (Rádio Conjunta), uma estação financiada pelo Congresso dos EUA que cobre o mundo árabe e transmite música *pop* árabe e ocidental, intercalada com notícias reflectindo a perspectiva americana. Poucos meses depois do seu aparecimento em 2002, os defensores da *Radio Sawa* anunciaram que era uma das estações de rádio mais populares entre os jovens árabes.

Durante a campanha militar no Iraque, a Coligação tentou que a percepção mundial do conflito fosse favorável, adoptando várias medidas, incluindo a “inserção” de repórteres em unidades militares programadas para actuar. Embora inicialmente controversa, a decisão de inserir foi, mais tarde, considerada uma medida brilhante por várias razões.

Primeiro, os repórteres que quiseram ser inseridos foram obrigados a um mini treino militar, que permitiu a muitos deles fazer uma primeira avaliação dos desafios enfrentados pelo soldado médio. Segundo, a inserção criou um elo inevitável entre os

---

repórteres e as unidades por eles cobertas. E, terceiro, a inserção fez sentido porque garantiu a segurança dos repórteres e deu ao mundo a primeira “cobertura em directo” dum campo de batalha.

Devido à natureza fluida da *Iraqi Freedom*, muitos mais repórteres teriam provavelmente sido mortos ou capturados se tivessem sido autorizados a percorrer livremente o campo de batalha.

Um factor que prejudica os esforços para garantir eficácia sobre a opinião pública mundial é a proliferação das fontes de notícias. Em particular, o aumento do número de serviços noticiosos de televisões por satélite e de ligações à *Internet*, torna cada vez mais difícil influenciar globalmente, ou mesmo regionalmente, as opiniões e as atitudes.

A explosão do número de fornecedores de notícias, permite aos espectadores ler ou ver as notícias que reforçam os seus próprios preconceitos e opiniões fixas. Um espectador árabe que entenda que as notícias na CNN são contrárias à sua própria predisposição noticiosa, pode mudar para a *al Jazeera*, o canal árabe de notícias por satélite, e ver uma perspectiva do mundo talvez mais compatível com a sua própria.

Consta que, durante o conflito, a Agência de Informação Iraquiana reconheceu o poder da *al Jazeera* e chegou ao ponto de, com agentes seus, se infiltrar nesta organização para fazer com que a cobertura fosse mais pró-iraquiana. Análogamente, a Coligação tentou impedir as emissões do serviço noticioso da televisão iraquiana, através de bombardeamentos e de interferência electrónica, essencialmente pelo impacto que estava a ter fora do Iraque.

### **(1) Operações psicológicas**

Enquanto a diplomacia pública a nível estratégico teve, na melhor das hipóteses, resultados diversos, o emprego das PSYOPS (operações psicológicas) no Iraque a nível militar operacional e tático foi mais bem sucedido. A utilização dos *media* de massas como a rádio, folhetos e media com alvo definido como *e-mails* contra decisores essenciais, bem como de alto-falantes durante as operações terrestres, parece ter tido um impacto importante.

Mais de 40 milhões de panfletos foram lançados sobre o Iraque antes do primeiro ataque de 20 de Março e outros 40 milhões foram lançados durante a campanha. Alguns panfletos ameaçavam destruir qualquer formação militar que resistisse e combatesse,

---

enquanto outros encorajavam a população e os militares iraquianos a ignorar as directivas dos dirigentes do Partido Baath.

Em termos retroactivos, parece que obtiveram o efeito pretendido. O problema, assim como de todas as acções das PSYOPS, é a dificuldade de determinar a ligação causal duma acção durante a guerra.

Os militares iraquianos desapareceram face aos militares da Coligação sobretudo em resultado das PSYOPS, ou em resultado dos bombardeamentos pelos aviões da Coligação, ou em resultado duma falta de apoio logístico – ou em resultado duma conjugação destes três factores? Quantificar o efeito das PSYOPS no controlo das atitudes e comportamento iraquianos de forma favorável para a Coligação continua a ser uma variável importante a determinar.

Efectivamente, a Coligação não assistiu a um nível de rendições Iraquianas análogo ao da Guerra do Golfo em 1991, que atingiu 70.000. Embora se tenham rendido 250 Iraquianos no primeiro dia durante a tomada de Umm Qasr, esta gota inicial não se tornou um rio.

Durante os primeiros dias do conflito, a forma como a Coligação abordou toda a campanha militar pode ser considerada psicológica – a esperança de que o emprego duma força esmagadora e de munições de precisão “chocaria e aterrorizaria” e que o regime iraquiano desabaria como um castelo de cartas. O falhanço do “choque e terror” obrigou as forças militares convencionais dos EUA a modificar a sua abordagem – e, sem dúvida, fez com que as forças das PSYOPS reexaminassem os seus temas e mensagens – para outra baseada mais numa actividade e pressão constantes do que na esperança de que um simples golpe de KO resolvesse o assunto.

Além do lançamento de panfletos, o outro meio de massas das PSYOPS muito usado foi a rádio. Na emissão a partir de torres de transmissão fixas, bem como da plataforma aérea de emissão (o avião EC-130E), a Coligação usou um formato semelhante à *Radio Sawa*, com muita música popular intercalada com notícias e alguns anúncios.

O nome desta estação que cobria todo o Iraque era o pouco inspirado *Information Radio*. Estações de rádio PSYOPS locais foram também criadas fora dos grandes centros populacionais – sendo uma delas a estação de rádio PSYOPS do RU, *Radio Nahrain* (Dois Rios), uma estação de rádio de FM criada nos arredores de Baçorá.



---

Além de montar os seus próprios emissores de rádio, a Coligação tentou interferir electronicamente as estações de rádio iraquianas, a fim de ficar com o monopólio da informação ao dispor da população do Iraque através deste meio.

As táticas PSYOPS descritas até agora são todas exemplos das chamadas “PSYOPS Brancas”, que declaram abertamente e com rigor quem patrocina o produto. Durante o conflito do Iraque, as chamadas “PSYOPS Negras” – PSYOPS que teoricamente são produzidas por uma entidade, mas na realidade são criadas por outra – também foram usadas. Consta que a Agência Central de Informação (CIA) dos EUA terá instalado estações de PSYOPS Negras logo em Fevereiro de 2003.

Uma destas estações, *Radio Tikrit*, tentou estabelecer a sua credibilidade pretendendo ser gerida por iraquianos leais da área de Tikrit e mantendo uma linha editorial submissamente apoiante de Saddam Hussein.

Contudo, passadas poucas semanas, o tom mudou e a estação tornou-se cada vez mais crítica em relação a Saddam. A esperança das PSYOPS Negras é que a audiência alvo não descubra o estratagema e acredite que a informação é proveniente da entidade erroneamente pretendida, que considera mais credível.

Evidentemente que o risco é que, se o subterfúgio é descoberto, o crédito de todo o esforço das PSYOPS, tanto Brancas como Negras, é prejudicado.

Um dos meios mais inovadores usados pelas PSYOPS da Coligação na preparação da Operação *Iraqi Freedom* foi a utilização de mensagens escritas de telemóveis e de e-mails enviados directamente para decisores essenciais do regime Iraquiano.

No princípio de 2003, só havia 60 cibercafés no Iraque e a taxa de ligação de 25 USD por casa excedia as possibilidades da maior parte dos iraquianos. O regime iraquiano também era cauteloso em permitir o acesso à *internet* em todo o Iraque.

Assim, enquanto muitos iraquianos não tinham acesso à *internet*, a maior parte dos dirigentes do Partido Baath tinham, e a Coligação usou estes meios especificamente para descrever a cada um destes dirigentes o custo da continuação do seu apoio a Saddam tanto para o Iraque colectivamente como para eles próprios pessoalmente.

Os elementos táticos das PSYOPS – militares das PSYOPS com um veículo com alto-falante e um tradutor atribuídos directamente a unidades do exército e dos fuzileiros – também foram particularmente activos.

---

Como em conflitos anteriores, estas unidades mostraram a sua valia ajudando a convencer elementos iraquianos isolados a render-se, coadjuvando no controlo dos prisioneiros iraquianos e, mesmo, conduzindo operações de embuste contra elementos militares iraquianos com efeitos sonoros de tanques e helicópteros emitidos pelos alto-falantes.

Estranhamente, parece que os responsáveis do planeamento militar da *Iraqi Freedom* se preocuparam pouco com o desenvolvimento prévio duma capacidade PSYOPS pós conflito. Em consequência, agentes iranianos, especialmente no Sul do Iraque, puderam nalguns casos preencher o vazio de informação, e os Estados Unidos contrataram empresas para pôr rapidamente no ar praticamente qualquer coisa para preencher este vazio. Isto levou a algumas situações involuntariamente divertidas pois a atenção dos media americanos desviou-se do Iraque e as empresas contratadas retransmitiram notícias locais dos EUA para confusos iraquianos.

## **(2) Conclusões preliminares**

O esforço para conquistar os corações e os espíritos não diminuiu no Iraque actual e continuará nos próximos anos. Na verdade, é em parte o resultado desta luta que determinará em última análise se valeu a pena desencadear o conflito.

Contudo algumas conclusões preliminares podem já ser tiradas das operações de gestão da percepção da Coligação durante a *Iraqi Freedom*.

A NATO deverá estudar cuidadosamente estas lições e determinar se devem ser feitas alterações à forma como a NATO planeia e financia os seus próprios esforços de gestão da percepção. Inversamente, há lições que os Estados Unidos e o Reino Unido poderão aprender com a experiência da NATO de gestão da percepção pós conflito.

## **(3) A difícil diplomacia pública**

A diplomacia pública não dá resultados dum dia para o outro. Mesmo quando são atribuídas grandes somas à tarefa e é recrutado pessoal competente, como nos Estados Unidos durante os últimos dois anos, os resultados obtidos podem ser reduzidos. Mas isto não significa que a diplomacia pública deve ser ignorada. Mudar atitudes entranhadas exige um esforço continuado durante um período extremamente prolongado.

## **(4) Lacuna de operações psicológicas**

---

Há um fosso entre a NATO e os seus países membros, no respeitante à atenção e recursos dedicados às PSYOPS. Os Estados Unidos estão a gastar quantias impressionantes para reforçar esta sua capacidade. A Bélgica, a República Checa, a Alemanha, a Polónia, a Espanha e o Reino Unido estão também a melhorar as capacidades PSYOPS.

Entretanto, embora os países da NATO estejam a empenhar-se, a sede da Organização e os Comandos Militares Estratégicos, pouco fizeram para melhorar estas capacidades. As PSYOPS são uma actividade em que a NATO poderia e deveria melhorar, mas precisa de se empenhar nisso.

#### **(5) A importância das operações psicológicas na fase pós-conflito**

As PSYOPS não devem ser esquecidas na fase pós conflito. Como há, muitas vezes, um espaço informativo a ser preenchido e as pessoas psicologicamente precisam de ser tranquilizadas e confortadas, é aqui que as PSYOPS podem ter grande importância. É também uma área em que o Reino Unido e os Estados Unidos podem aprender com a NATO. A experiência da Organização, tanto na Bósnia-Herzegovina como no Kosovo, deu-lhe uma considerável competência em PSYOPS pós conflito.

Além disso, os cargos nos sectores PSYOPS dos quartéis-generais da SFOR e da KFOR estão preenchidos por pessoas que se tornaram competentes neste domínio, o que pode ser muito diferente das PSYOPS efectuadas durante um conflito. O Reino Unido e os Estados Unidos fariam bem em estudar a experiência da OTAN em gestão da percepção nos Balcãs e aplicá-la nas suas actuais actividades no Iraque.

Foi surpreendente, mesmo para os profissionais das PSYOPS, a frequência com que o termo “PSYOPS” foi usado nos *briefings* militares e pela imprensa durante a *Iraqi Freedom*. Em operações militares recentes, tem havido uma tendência para confundir conotações e significados usando terminologia imprecisa, evitando termos como operações psicológicas e optando por expressões consideradas por alguns como mais aceitáveis, tais como “Operações de Informações” (INFO OPS).

Embora o termo “INFO OPS” possa não ter, semânticamente, o lado chocante do termo PSYOPS, a sua crescente utilização durante os últimos cinco a seis anos e as interpretações imprecisas do termo espalharam a confusão entre os responsáveis do planeamento militar, a ponto de os termos PSYOPS e INFO OPS parecerem sinónimos.

Isto pode ter consequências embaraçosas. Devido à sua natureza ambígua, INFO OPS tornou-se uma expressão conveniente para caracterizar funções militares que, até

---

agora, têm desafiado as tentativas para as classificar. Colocar as PSYOPS sob o título das INFO OPS leva frequentemente a uma redução da importância das PSYOPS. Isto prejudica o contacto directo com o comandante que estão a apoiar e de que os profissionais das operações psicológicas precisam para serem eficazes.

Mais preocupante ainda é que a imprensa e o público se agarraram a este jogo de palavras, mostrando preocupação acerca da forma como o uso do termo INFO OPS parece ser uma tentativa deliberada de permitir que as PSYOPS sejam utilizadas pelos políticos para manipularem as opiniões públicas internas a favor de políticas impopulares e medíocres. Isto pode ser um caso de terminologia militar que se poderá mostrar demasiado subtil.

Manifestamente, não há qualquer ligação entre as PSYOPS e as actividades de informação pública dirigidas à opinião pública mundial e às opiniões públicas internas, que procuram dar conta dos acontecimentos de forma rigorosa e verídica. As recentes actividades no Iraque mostraram que o público aceitará as actividades PSYOPS com o nome de PSYOPS, desde que sejam dirigidas, conforme se pretende, para audiências em zonas de combate ou em países onde tenham lugar operações de gestão de crises.

O uso de terminologia politicamente correcta, como INFO OPS, pode satisfazer os iniciados, mas a utilização de termos atenuados desta natureza pouco adianta excepto confusão e mal entendidos.

Como se pode esperar que a Aliança opere durante um período longo de tempo em áreas onde media locais sofisticados competirão com a OTAN na influência sobre a percepção das opiniões públicas locais e internacionais, a importância da diplomacia pública e das PSYOPS aumentou significativamente.

Estas duas capacidades são relativamente pouco dispendiosas mas podem dar resultados extraordinários. Incorporar os ensinamentos colhidos com a *Iraqi Freedom* na reestruturação em curso da organização militar da OTAN constitui uma oportunidade única de reforçar as capacidades de gestão da percepção da OTAN e de evitar que estes mesmos aspectos sejam usados eficazmente contra a Aliança por futuros adversários.

## **7. A cooperação civil-militar**

A cooperação civil-militar (CIMIC) é o conjunto de actividades de coordenação e cooperação, em apoio da missão, realizadas entre o comandante militar e os actores civis,

---

onde se incluem a população civil local e as suas autoridades representativas, assim como as organizações não governamentais internacionais e nacionais e ainda as suas agências.

Sempre que exista, esta capacidade pode apoiar as INFO OPS, sobretudo as PSYOPS, dado que pode providenciar benefícios palpáveis à população civil existente no teatro de operações (TO), aos quais, posteriormente, as PSYOPS darão o devido ênfase.

De facto, a CIMIC oferece uma excelente oportunidade para o reforço da actividade de influência (uma das actividades das INFO OPS), que para ser bem sucedida, deverá ser baseada em actividade concreta, nomeadamente ao nível da melhoria das condições de vida das populações.

Estas actividades são também um excelente meio de obtenção de informação acerca das percepções das populações, e do sucesso ou insucesso das próprias acções CIMIC. No entanto, pese embora estas acções proporcionarem crédito significativo à actividade das INFO OPS, deve ser evitada a percepção de que as partes não-militares estão a ser exploradas em proveito da força.

A CIMIC deve assim manter o seu carácter de cooperação, mútuo entendimento e confiança, devendo ser uma actividade separada das INFO OPS, mas intimamente relacionada com esta. Exemplos deste tipo de actividades são a reconstrução de escolas, vias de comunicação e outro tipo de infra-estruturas colectivas de apoio, programas de desminagem, assistência sanitária a populações, etc.

A CIMIC pode ocorrer antes ou durante as operações militares, bem como após a conclusão destas. Pode ocorrer também se houver orientação nesse sentido, na ausência de qualquer operação militar. Em qualquer área operacional, a maior parte das autoridades civis e da população residem na área urbana, devido ao elevado numero e densidade de civis as operações militares urbanas requerem um esforço significativo da cooperação civil militar por parte da força militar.

A cooperação civil-militar estratégica deverá concentrar-se numa perspectiva global e de longo prazo nas principais actividades regionais, tais como estabilidade e desenvolvimento económico, infra-estruturas governamentais, restabelecimento da actividade económica e social e das redes de transportes e telecomunicações. Ao nível operacional o apoio estratégico da CIMIC deverá apoiar objectivos imediatos ou de curto prazo, tais como apoio sanitário evacuações de não-combatentes, realojamento de deslocados e policia e segurança e interligação das autoridades CIMIC com os comandantes militares ao nível operacional e tático.

---

As actividades CIMIC urbanas têm três objectivos principais:

- otimizar o desempenho da força militar eliminando interferências da população civil com as operações militares;
- apoiar os objectivos nacionais, prestando assistência necessária a nação hospedeira para atingir os objectivos traçados nas áreas política económica e social;
- reduzir o impacto negativo das operações militares ou de outras forças sobre os civis. Estes impactos negativos podem variar baixas entre os civis até a perda de bens ou destruição de infra-estruturas de apoio. Os efeitos de sofrimento por parte dos não combatentes têm muitas vezes um profundo impacto negativo nos objectivos estratégicos e operacionais da força militar. Os comandantes militares têm uma obrigação operacional, jurídica e humanitária de minimizar os efeitos negativos na população civil, mesmo quando conduzem simultaneamente operações militares.

#### **a. A cooperação civil-militar na área urbana**

Tal como outras actividades o complexo e difícil espaço urbano pode embaraçar as actividades CIMIC, particularmente as actividades das NGO de países terceiros. Pode ser difícil encontrar e ajudar todos aqueles que precisam de apoio. Embora as áreas urbanas ofereçam normalmente muitos edifícios utilizáveis para abrigo, apoio sanitário e outras formas de ajuda, os danos causados, pelas operações militares, por desastres naturais ou mesmo provocados pelo homem naquelas estruturas, podem torna-las inutilizáveis, o que acarreta um aumento de dificuldades no apoio a prestar.

#### **b. Uma perspectiva sobre a cooperação civil-militar**

A interdependência de organizações civis e militares, que respondem cada vez mais às frequentes e muitas vezes devastadoras situações de emergência em todo o mundo, está a tornar-se evidente. Um melhor entendimento das diferenças culturais entre as organizações civis de assistência humanitária e os militares, poderia ajudar as pessoas de ambas a trabalharem juntos, de modo mais eficiente durante essas emergências, sejam elas operações de paz, desastres ou catástrofes naturais, isto é, em todas as situações que requerem assistência humanitária.

---

O propósito da assistência humanitária é aliviar ou atenuar as consequências de desastres naturais ou causados pelo homem ou de outras condições, tais como o sofrimento humano, doenças, e privações que possam apresentar uma séria ameaça à vida ou à propriedade. Na verdade, as boas intenções políticas e filantrópicas tornarão rotineiras operações de assistência humanitária no futuro. Esta ideia tem-se tornado cada vez mais realista à medida que entramos no séc. XXI.

Em vários países, e também ao nível da NATO, verifica-se um esforço significativo por parte de organizações não governamentais (ONG), quer através de seminários e publicações patrocinadas pelas Forças Armadas (FA), quer em exercícios militares, para coordenar a actuação do pessoal civil com a organização militar a trabalhar em organizações de assistência humanitária de modo a criar-se um melhor entendimento.

É essencial ter mais treino conjunto para melhorar esse entendimento mútuo. Operações de assistência humanitária eficazes exigem cooperação civil/militar para facilitar a união de esforço e para atingir os fins desejados. “Como demonstra a experiência do Exército dos EUA no Kosovo, a mentalidade, o processo de decisão e o treino dos soldados de infantaria raramente se relacionam com a desordem inerente da sociedade civil. Essa dissonância entre a cultura e a missão pode distorcer o objectivo da reconstrução de um país.”<sup>6</sup> Esta é uma lição que todos devemos recordar na reconstrução do Iraque.

O General John M. Shalikashvili, então Chefe da Junta dos Chefes do Estado-Maior dos EUA, reconheceu a necessidade de cooperação quando afirmou: “Qual é o relacionamento entre uma força militar recém chegada, a NGO e a organização voluntária privada (PVO) que possivelmente já estejam a trabalhar na mesma área de conflito? O que temos é uma parceria. Se formos bem sucedidos, eles serão bem sucedidos; e, se eles forem bem sucedidos, nós seremos bem sucedidos também. Precisamos uns dos outros”.

### **c. Crises humanitárias**

As Crises Humanitárias são definidas nas “Directivas do Uso de Recursos de Defesa Civil e Militar em Apoio a Actividades Humanitárias da ONU”.

Caracteriza um país, região ou sociedade onde há uma total ou considerável carência de autoridade resultante de um conflito interno ou externo e que exige uma resposta internacional ao mandato da ONU. As crises humanitárias têm-se tornado muito

---

<sup>6</sup> Dana Priest, “The Mission: Waging War and Keeping Peace with America’s Military”

---

mais frequentes desde o fim da Guerra Fria. Têm em comum, ainda, outras características preocupantes, tais como:

- O reaparecimento de ambições ou conflitos nacionalistas, territoriais, religiosos ou étnicos, como os que ocorreram na ex-Jugoslávia e no Iraque.
- Grandes movimentos populacionais, à medida que as pessoas são desalojadas internamente ou se tornem refugiados noutros países, em busca de segurança, comida, água e outros bens essenciais.
- A desorganização do sistema económico e a destruição de infra-estruturas vitais.
- O declínio generalizado do sistema alimentar, resultante de decisões políticas, actos discriminatórios, falta de comida, declínio da agricultura, secas, inundações, inflação e/ou falta de verba. A desnutrição pode ocorrer rapidamente em áreas locais variados e degenerar numa fome generalizada.

As crises humanitárias podem resultar de uma combinação de desastres naturais ou produzidos pelo homem, tais como, quando um grande número de pessoas enfrenta secas, furacões, perdas de colheitas ou inundações enquanto, simultaneamente, se vêem envolvidas numa guerra civil, são invadidas, ou os seus governos entram em colapso.

Recentes emergências complexas têm ocorrido no Afeganistão, na Colômbia, na República Democrática do Congo, na Etiópia, na Indonésia, no Iraque, nas Filipinas, na África do Sul e no Sudão. Desastres naturais, por si próprios, podem ultrapassar os recursos de governos já severamente limitados, com efeitos infelizmente previsíveis sobre o povo. Os terremotos na Ásia Central e o furacão *Mitch* servem de exemplos.

O Alto Comissariado dos Direitos Humanos da ONU (United Nations High Commissioner for Human Rights — UNHCHR) foi criado em 1994 para providenciar o cumprimento dos direitos humanos e investigar e impedir abusos de direitos humanos; apoiar promotores especiais da ONU por meio da recolha e verificação de evidência de crimes contra a Humanidade; providenciar educação sobre as leis que regem os direitos humanos internacionais e a prática dessas leis; e para apoiar os países anfitriões no cumprimento da justiça.

#### **d. Organizações humanitárias**

As Organizações Humanitárias são aqui usadas como um termo colectivo que inclui organizações internacionais (IO) e agências humanitárias não governamentais (NGO)



---

envolvidas em providenciar assistência humanitária em situação de catástrofe. Estas são as definições para organizações humanitárias. Destaque-se, entre outras, o Comité Internacional da Cruz Vermelha. A Cruz Vermelha é uma organização humanitária notável com base em Genebra, designada nas convenções de Genebra de 1949, para assegurar que os prisioneiros de guerra e civis sejam tratados de acordo com as leis humanitárias internacionais.

A Cruz Vermelha responde a desastres locais, nacionais e internacionais; providencia apoio para o pessoal militar e para as suas famílias e oferece oportunidades de treino para assistência a desastres, na oferta de abrigos, na alimentação em massa, na avaliação de danos, nos primeiros socorros, na assistência médica e sanitária e nos cuidados materno-infantis. As directivas de Março de 2003 da ONU, definem a assistência humanitária como *“o apoio a uma população afectada que busca, como propósito principal, salvar vidas e aliviar o sofrimento de uma sociedade civil em crise. A assistência humanitária deve ser provida de acordo com os princípios básicos de humanidade, imparcialidade e neutralidade”*.

O gabinete do Coordenador de Assuntos Humanitários da ONU (OCHA) ou o Alto Comissariado para Refugiados da ONU (UNHCR) são frequentemente escolhidos para apoiar e coordenar o planeamento e as operações das organizações humanitárias durante uma emergência.

O UNHCR é a organização que tem a responsabilidade de tratar dos refugiados e pessoas desalojadas internamente (IDP).

Refugiado é definido como “uma pessoa que, devido a um perigo real ou imaginário, deixou o seu país de residência ou de nacionalidade e está impedido de voltar, ou então, para o qual não quer voltar”. Uma IDP encontra-se definida como “qualquer pessoa que abandona a sua residência devido a um perigo real ou imaginário mas que não deixa o território do seu país”.

Devido aos Acordos de Dayton na Bósnia-Herzegovina, a NATO começou a usar a sigla DPRE (displaced persons, refugees and evacuees) para pessoas desalojadas, refugiadas e evacuadas. O Alto Comissariado dos Direitos Humanos da ONU (UNHCHR) foi criado em 1994 para promover o acompanhamento de direitos humanos e investigar e impedir abusos de direitos humanos; apoiar promotores especiais da ONU por meio da colecta e verificar a evidência de crimes contra a humanidade; promover formação sobre as

---

leis que regem os direitos humanos internacionais e a prática dessas leis; e para apoiar os países anfitriões no cumprimento da justiça.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), promove, a prazo, apoio material e de peritos, para colaborar com o governo e profissionais do país anfitrião, em projectos para fortalecer os serviços médicos e de saúde, especialmente para mulheres e crianças, purificação e distribuição de água e saneamento.

O Programa de Alimentação Mundial obtém, transporta e armazena comida. A assistência directa e a distribuição de alimentação é feita pelas ONG ou outras organizações civis.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), é a agência da ONU encarregada de promover e proteger a saúde da população mundial. O Departamento de Emergência e Acção Humanitária da OMS responde em situação de necessidade.

As ONG são organizações nacionais e internacionais que são constituídas separadamente do poder instituído no país onde são fundadas. Não são alinhadas com qualquer governo. Muitas empregam cidadãos do país anfitrião assim como pessoas de outras nações e, portanto, são, elas mesmas, internacionais.

#### **e. Valores e padrões das organizações humanitárias**

Apesar de terem muitas diferenças em organização, apoios financeiros e métodos operacionais, as IO e ONG geralmente aderem ao Código de Conduta que o Comité Internacional da Cruz Vermelha e as ONG de assistência humanitária adoptaram em 2001. O código declara que:

1. O imperativo humanitário está em primeiro lugar. A principal motivação da resposta à catástrofe é a de aliviar o sofrimento humano. Durante o desenvolvimento de uma operação de ajuda humanitária as ONG/OI continuarão a trabalhar na área afectada. Muitos dos seus membros têm estado no país há muitos anos, falam os idiomas locais, compreendem a cultura e as práticas religiosas e tem a confiança do povo. Em tempos de relativa estabilidade política e ambiental, os programas das ONG/OI dedicam-se ao desenvolvimento micro económico e ao fortalecimento dos sectores da agricultura, educação, saúde e indústria para obter e melhorar um padrão de vida sustentável.

---

2. A ajuda será dada sem consideração à raça, crença ou nacionalidade dos recipientes e sem distinção adversa de espécie alguma. Prioridades de ajuda serão calculadas somente com base na necessidade.

3. Nenhuma ajuda será usada para promover um ponto de vista político ou religioso.

4. As ONG/OI procurarão não agir como instrumentos da política exterior de governos. Para proteger a nossa independência, as ONG/OI procurarão evitar ficar dependentes de uma única fonte financeira.

5. As ONG/OI respeitarão a cultura e os costumes.

6. As ONG/OI tentarão responder a desastres usando as capacidades locais. Quando possível, fortalecerão essas capacidades empregando pessoal local, comprando materiais localmente e fazendo negócios com companhias locais.

7. Serão encontradas maneiras de incluir os beneficiários do programa na administração da assistência prestada. Pode ser aumentada a eficácia da assistência e obtida uma reabilitação mais duradoura quando os beneficiários são incluídos no projecto, de gestão e implementação do programa de assistência.

8. A assistência deve almejar reduzir futuras vulnerabilidades que potencialmente levem a desastres e, também, satisfazer as necessidades básicas.

9. As ONG/OI devem prestar contas àqueles a quem procuram ajudar e àqueles de quem aceitam recursos.

10. Durante as suas actividades de informação, publicidade e propaganda, as ONG/OI reconhecem as vítimas de desastres como seres humanos dignos e não como objectos inanimados.

No desenvolvimento de uma operação de ajuda humanitária, as ONG/OI continuarão a trabalhar na área afectada. Muitos dos seus membros têm estado no país há muitos anos, falam os idiomas locais, compreendem a cultura e as práticas religiosas e têm a confiança do povo. Em tempos de relativa estabilidade política e ambiental, os programas das ONG/OI dedicam-se ao desenvolvimento micro económico e ao fortalecimento dos sectores da agricultura, educação, saúde e indústria para obter e melhorar um padrão de vida sustentável.

---

Como as FA são um instrumento da política externa dos estados, o pessoal militar frequentemente interage directamente com outras agências governamentais em países afectados, em abono da operacionalização das acções.

#### **f. A cooperação civil-militar sob os auspícios da ONU**

Um esforço coordenado eficiente entre as agências civis e as forças militares é essencial durante situações de emergência. Durante e logo após uma emergência complexa, a situação da segurança pode ser tão volátil que o pessoal militar tenha de providenciar assistência humanitária de emergência para os civis. Mesmo durante essas circunstâncias, a interdependência civil-militar é necessária. A principal responsabilidade das forças militares é estabelecer e manter um ambiente seguro e estável. Uma vez cumprida essa tarefa, o pessoal humanitário civil pode prestar assistência à população afectada, satisfazendo as suas necessidades essenciais e ajudando na reconstrução de sua sociedade. Esses papéis especializados dos civis humanitários e do pessoal militar, apesar de obviamente diferentes, são absolutamente interdependentes. As directrizes emitidas pela ONU no dia 20 de Março de 2003, incluem os seguintes conceitos principais:

- Uma operação humanitária usando recursos militares deve reter o seu carácter e a sua natureza civil enquanto os recursos militares devem permanecer sob controlo militar. A operação como um todo deve ficar sob o controle e autoridade da organização humanitária responsável. Mas isto não significa comando e controle civil sobre os recursos militares.

- Os serviços humanitários devem ser executados por organizações humanitárias. Embora as organizações militares tenham um papel a desempenhar no apoio a serviços humanitários, este deve ser um papel moderado e não de assistência directa, para assim preservar a clara distinção entre as funções e as missões normais das entidades militares. A assistência directa é a distribuição individual de bens e serviços. O apoio e a assistência militares são às vezes essenciais na assistência indirecta, que não interage com a população, e consiste em actividades como o transporte de recursos humanitários ou de pessoal de socorro e apoio à infra-estrutura, como reparação de estradas, gestão do espaço aéreo e a produção de energia eléctrica. Diferenciar os papéis humanitário, civil e militar durante e após emergências complexas é essencial por um número de razões. Os militares são um instrumento da política externa da nação. As HAO não são, nem devem ser, equivocadamente vistas como instrumentos da política externa de qualquer nação. Os seus princípios regentes são a humanidade, a imparcialidade e a neutralidade.

---

Conflitos recentes têm demonstrado que a coordenação entre os actores humanitários e militares, particularmente na fase inicial de um conflito, pode ser essencial para a execução eficaz e em tempo hábil da assistência humanitária e para ajudar a assegurar a protecção de civis.

Embora a interacção entre actores civis e militares no local é tanto uma realidade como uma necessidade, é importante enfatizar as limitações e os constrangimentos das organizações civis a esse respeito.

Uma percepção de adesão aos princípios humanitários básicos de humanidade, neutralidade e imparcialidade é de relevância prática imediata para trabalhadores humanitários no local.

- para garantir operações seguras;

- obter acesso através das linhas de combate;

- e ser capaz de garantir a distribuição justa de serviços de assistência a todas as populações vulneráveis.

Portanto, é essencial que exista o máximo de certeza e clareza no pessoal da ONU envolvido em contactos diários ou em arranjos de ligação com as forças militares operando em qualquer teatro. Assim, o ponto de contacto humanitário para as unidades militares no Iraque está claramente designado.

Recentes rendições de militares no Kosovo e em Timor-Leste, no Afeganistão e no Iraque, salientam a importância das enormes capacidades militares de planeamento, comunicações, segurança e logística para prestar apoio aos esforços de assistência humanitária civil. Unidades militares continuam a apoiar governos locais, agências civis, agências da ONU, IGO, NGHHA e NGO para ajudar as pessoas a enfrentarem os efeitos das situações de emergência. Muitas rendições militares envolverão operações de paz (criação da paz, manutenção da paz, imposição da paz) e também apoio a esforços civis de assistência humanitária em resposta a desastres.

Embora as missões da comunidade humanitária e das Forças Armadas devam continuar distintas, a necessidade de colaboração eficaz entre ambas irá crescer, à medida que aumentar o número de emergências complexas.

## **8. O desenvolvimento económico-social e a estabilização gerados pelas forças militares**

---

Existe um significativo potencial de desenvolvimento que a presença de forças militares, numa zona urbana minimamente estabilizada, pode gerar, sustentado, entre outras, nas actividades de apoio logístico que uma força sempre requer e que muitas vezes é providenciado localmente, pelo menos em parte.

Este potencial pode ser adequadamente explorado, no quadro da cooperação civil militar, em acções relacionadas com os assuntos civis – conjunto de actividades de comando que abrangem as relações entre as forças militares, as autoridades civis e a população do país hospedeiro ou do país ocupado, onde estejam presentes forças militares.

Estas actividades podem ser exercidas de acordo com três formas de apoio:

- De comando, que envolve actividades complementares de carácter operacional e tático, administrativas e logísticas para o cumprimento das obrigações legais e morais do Comandante para com a população civil.

- Governamental, destinada a apoiar governos e populações no controlo e na administração do território.

- Interno, levada a cabo em território nacional para apoiar a população e a administração, em situações de crise.

O objectivo básico das operações de assuntos civis é apoiar a missão político-militar do Comandante, envolvendo actividades coordenadas com outras entidades nacionais ou aliadas, militares ou civis.

As actividades de assuntos civis agrupam-se em quatro grandes áreas funcionais:

- Administração e Governo
- Economia
- Serviços de utilidade Pública
- Serviços Especiais.

Cada uma destas áreas abrangerá um número variável de sub-áreas, com actividades desempenhadas por especialistas.

## **9. Conclusões**

Até há algumas décadas atrás, os comandantes tinham, em geral, preferido evitar combates em zonas urbanas. Quando as operações militares urbanas começaram a ser levadas a cabo, o resultado foi desastroso, com baixas elevadas em ambos os lados e também na população civil. Ocorreu também destruição muito significativa do espaço

---

urbano, nomeadamente de infra-estruturas sociais e pessoais, com perda de bens e haveres da população civil.

A grande maioria dos países está a urbanizar-se cada vez mais, sendo as cidades consideradas como centros de gravidade pelas partes em conflito.

Os centros de gravidade são objectivos militares significativos para os comandantes das forças militares invasoras, e podem sê-lo também para os comandantes das forças de defesa. As Forças Armadas (FA) assumiram que as operações urbanas exigem preparação, planeamento e treino próprios, e condução cuidada.

Em alternativa, nem mesmo uma acentuada vantagem tecnológica será suficiente para vencer forças, eventualmente menos numerosas e equipadas, mas que estejam com as suas defesas adaptadas ao teatro muito próprio que é o urbano.

Este trabalho pretendeu caracterizar o ambiente operacional urbano, as suas especificidades físicas, estruturais e sociais, bem como o desafio humanitário que representa a presença de uma população civil que, na maioria das situações, se encontra em situação de debilidade.

Em todas as variantes das operações militares em situação de conflito, o factor mais importante é a vontade humana de lutar – de arriscar a vida, de matar outros seres humanos e/ou de mandar matar. Esta vontade tem de ser incutida e mantida durante períodos relativamente longos de combate intenso em ambiente muito hostil.

No combate urbano, o teatro de operações é quase sempre caótico, com destruição em larga escala de edifícios e infra-estruturas e com baixas significativas dos dois lados e também entre a população civil não combatente.

O Comandante que decide combater num centro urbano, aceita a destruição dessa vila ou cidade, um número elevado de baixas entre os combatentes e também na população civil, a não ser que esta tenha conseguido escapar.

Muito provavelmente haverá que gerir a situação dos desalojados, afectados pelas operações militares na área urbana. Para os militares combatentes dos dois lados, haverá extremas dificuldades na sua rendição e substituição, em dispor de um período de descanso ou mesmo para providenciar apoio logístico mínimo.

No desenvolvimento de um sistema de combate para operações urbanas, há necessidade premente de seleccionar e providenciar uma variedade razoável de equipamento adequado: navegação, comunicações, armas, protecção, vigilância, etc.

Contudo, a sustentação da vontade de combater depende, no essencial, do treino do soldado ou do fuzileiro e no desenvolvimento da sua destreza, habilidade e empenho em

---

usar o equipamento adequado, na liderança, disciplina e trabalho de equipa treinados em ambiente operacional urbano.

A obtenção de novas tecnologias e novo equipamento é relevante, mas secundário perante a vontade.



---

## **Bibliografia**

SCHWARTZ, MGEN Norton A., USAF. “The role of aerospace power in Joint Urban Operations”. Briefing, 1999.

PRESS, Daryl G., “Urban Warfare: Options, Problems and the Future”. Conference at Hanscom Air Force Base, JAN1999.

GLENN, Russell W., “Managing Complexity During Military urban Operations”. Briefing. Rand Arroyo Center, JAN2004.

BUSH, MAJ Bichson, “ISR Support to Urban Operations”. Monograph. S/D

COLLYER, R.S. “Human Performance Issues in Urban Military Operations”. Australian Department of Defence. S/D.

FREIRE, Miguel Moreira. “A Utilidade da Força. A arte da Guerra no Mundo Moderno”(1),(2), 2006, Blogue Defesa e Relações Internacionais.

SCALES, MGEN Robert. “Urban Warfare: A Soldier’s View”. Military Review. JAN/FEB2005.

IESM. AEEército. “OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO”, 2007.

JP 3-06 “DOCTRINE FOR JOINT URBAN OPERATIONS”. US Joint Chiefs of Staff. 2002.

COR PILAV S. Fernandes, COR ART R. Duarte, COR CAV J. Calçada, CMG M. Ferreira (Coordenador). “Ética Militar e Responsabilidade Social”, TIG AEA “COMANDO E LIDERANÇA”, CPOG 2006/07.

---

## **Corpo de conceitos**

**Cooperação civil-militar (CIMIC):** é o conjunto de actividades de coordenação e cooperação, em apoio da missão, realizadas entre o comandante militar e os actores civis, onde se incluem a população civil local e as suas autoridades representativas, assim como as organizações não governamentais internacionais e nacionais e ainda as suas agências.

**Crises Humanitárias:** Caracteriza um país, região ou sociedade onde há uma total ou considerável carência de autoridade resultante de um conflito interno ou externo e que exige uma resposta internacional ao mandato da ONU

**Força letal:** força que tem como intenção ou probabilidade causar a morte ou ferimentos graves de que possam resultar a morte.

**Força não letal:** força que não tem intenção de causar danos físicos e a morte e cujo emprego se faz com reduzidas probabilidades desse dano vir a acontecer.

**Força mínima (não letal):** força limitada ao grau, intensidade e duração, necessários para atingir apenas os resultados desejados sobre o objectivo.

**Informação Pública (PI):** é a informação que é fornecida ou publicada através dos meios de comunicação social, com o objectivo primário de manter o público não-combatente informado, procurando conquistar a sua compreensão e apoio.

**Legítima Defesa:** acção para repelir um ataque em execução, ou iminente, contra a sua força, contra si ou contra terceiros.

**Operações de informação:** capacidades (PSYOPS, IP, CIMIC) que podem e devem ser mobilizadas em apoio dos outros instrumentos clássicos do poder. Simultaneamente, outros instrumentos não-militares (políticos, diplomáticos, etc.) podem constituir-se como apoios à acção militar.

**Operações psicológicas (PSYOPS).** são actividades psicológicas planeadas que utilizam meios de comunicação e outros meios, dirigidas a audiências aprovadas, de forma a influenciar as suas percepções, atitudes e comportamentos, contribuindo assim para a realização de objectivos políticos e militares.

**Regras de Empenhamento (ROE):** são directivas para as forças militares (incluindo os militares, também numa perspectiva individual) que definem as circunstâncias, condições, grau e forma em que a força pode ou não ser aplicada.

**SOFA (*Status of Forces Agreement*) :** pacto que define o enquadramento da actuação entre as forças de um estado, ou de uma coligação de estados, com um estado hospedeiro - é o acordo que estabelece essa relação.